



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 2.482-A, DE 2020** **(Do Senado Federal)**

### **OFÍCIO Nº 623/20 (SF)**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre os processos de revalidação e de reconhecimento de diplomas expedidos por instituições de educação superior estrangeiras, e a Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida), para dispor sobre as instituições aptas a participar do exame e do processo de revalidação de diplomas médicos e para determinar a realização, em caráter emergencial, de uma edição do exame; tendo parecer da Comissão de Saúde, pela rejeição (relatora: DEP. JANDIRA FEGHALI).

#### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:  
SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA;  
EDUCAÇÃO;  
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

#### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

## **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Saúde:

- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão

**O Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** O art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48. ....

.....

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por instituições estrangeiras de ensino superior serão revalidados por instituições de ensino superior que tenham, além de competência para emitir diploma em curso do mesmo nível e área ou equivalente, avaliação 4 e 5 no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de mestrado e de doutorado expedidos por instituições estrangeiras só poderão ser reconhecidos por instituições de ensino superior que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior, bem como avaliação 5, 6 ou 7 no Sistema de Avaliação da Pós-graduação ou conceito equivalente, nos termos de regulamento.

§ 4º A União indicará as instituições estrangeiras de ensino superior ou seus cursos cujos diplomas terão processo de revalidação ou reconhecimento simplificados, com prazo de 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, respectivamente, contado da entrega da documentação necessária.

§ 5º Os diplomas relativos às instituições e aos cursos que não compuserem a relação a que se refere o § 4º serão apreciados no prazo de 90 (noventa) dias, contado da entrega da documentação necessária.

§ 6º Caso os pedidos de revalidação ou reconhecimento de diplomas estrangeiros sejam indeferidos, as respectivas solicitações serão devolvidas aos interessados nos prazos indicados nos §§ 4º e 5º com as devidas justificações.

§ 7º O processo de revalidação de diplomas de que trata este artigo poderá ser substituído ou complementado por provas ou exames organizados e aplicados pela própria instituição de ensino revalidadora, ressalvados os casos regulados por lei específica.

§ 8º A instituição de ensino revalidadora poderá decidir pela necessidade de realização de estudos complementares pelo solicitante, que ela própria oferecerá ou que poderão ser feitos, com sua anuência, em outra instituição.

§ 9º A União definirá parâmetros nacionais para a cobrança de valores relativos aos processos de revalidação e de reconhecimento de diplomas expedidos por instituições estrangeiras de ensino superior, garantida a isenção aos requerentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos termos do regulamento, bem como disporá sobre parâmetros nacionais, requisitos mínimos e critérios de monitoramento e avaliação relativos a esses processos.” (NR)

**Art. 2º** O § 4º do art. 2º da Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....  
 § 4º O Revalida será aplicado semestralmente, na forma de edital a ser publicado em até 60 (sessenta) dias antes da realização do exame escrito, constituindo ato de improbidade a omissão da sua realização, punível na forma da legislação vigente.

.....” (NR)

**Art. 3º** A Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 3º-A e 3º-B:

“Art. 3º-A. O Revalida será acompanhado pelo Conselho Federal de Medicina, facultada a participação, na segunda etapa do exame, de instituições de educação superior públicas e privadas que tenham curso de Medicina com avaliação 4 e 5 no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), nos termos de regulamento.

Parágrafo único. As instituições de educação superior públicas e privadas interessadas em participar do Revalida firmarão ato de adesão voluntária, cujos critérios serão definidos em regulamento.”

“Art. 3º-B. O Revalida será realizado, em caráter emergencial, no prazo de até 90 (noventa) dias do início da vigência deste artigo.

§ 1º Poderão participar do exame emergencial os portadores de diplomas médicos expedidos por instituição de educação superior estrangeira, exigindo-se a residência legal no Brasil, no caso dos estrangeiros.

§ 2º O Revalida emergencial será realizado conforme os termos desta Lei, observando-se, em caráter excepcional, o prazo de até 15 (quinze) dias antes da realização do exame escrito para a publicação do respectivo edital.

§ 3º Os aprovados no Revalida nos termos deste artigo atuarão, prioritariamente, em ações de combate à Covid-19.”

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de agosto de 2020.

Senador Davi Alcolumbre  
 Presidente do Senado Federal

#### **LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

### **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

#### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO V  
DOS NÍVEIS E DAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

CAPÍTULO IV  
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

§ 4º [\(VETADO na Lei nº 13.958, de 18/12/2019, e na Lei nº 13.959, de 18/12/2019\)](#)

Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei.

Art. 50. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

**LEI Nº 13.959, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019**

Institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida).

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida), com a finalidade de incrementar a prestação de serviços médicos no território nacional e garantir a regularidade da revalidação de diplomas médicos expedidos por instituição de educação superior estrangeira e o acesso a ela.

Art. 2º O Revalida tem os seguintes objetivos:

I - verificar a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências requeridas para o exercício profissional adequado aos princípios e às necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS), em nível equivalente ao exigido nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina no Brasil; e

II - subsidiar o processo de revalidação de diplomas de que trata o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º O Revalida, referenciado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e coordenado pela Administração Pública federal, compreenderá, garantida a uniformidade da avaliação em todo o território nacional, estas 2 (duas) etapas:

I - exame teórico;

II - exame de habilidades clínicas.

§ 4º O Revalida será aplicado semestralmente, na forma de edital a ser publicado em até 60 (sessenta) dias antes da realização do exame escrito.

§ 5º O custeio do Revalida observará as seguintes regras:

I - os custos da realização do Revalida serão cobrados dos inscritos, nos termos do regulamento;

II - o valor cobrado para a realização da primeira etapa do exame será limitado ao equivalente a 10% (dez por cento) do valor mensal da bolsa vigente do médico-residente, nos termos do art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981;

III - o valor cobrado para a realização da segunda etapa do exame será limitado ao equivalente ao valor mensal da bolsa vigente do médico-residente, nos termos do art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981.

§ 6º O candidato reprovado na segunda etapa do Revalida permanecerá habilitado à realização do exame nas duas edições seguintes, sem necessidade de submeter-se à primeira etapa.

§ 7º A participação do candidato na etapa de habilidades clínicas tem como pré-requisito sua aprovação na etapa teórica.

Art. 3º (VETADO)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Onyx Lorenzoni

# COMISSÃO DE SAÚDE

## PROJETO DE LEI Nº 2.482, DE 2020

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre os processos de revalidação e de reconhecimento de diplomas expedidos por instituições de educação superior estrangeiras, e a Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida), para dispor sobre as instituições aptas a participar do exame e do processo de revalidação de diplomas médicos e para determinar a realização, em caráter emergencial, de uma edição do exame.

**Autor:** SENADO FEDERAL - ROSE DE FREITAS

**Relatora:** Deputada JANDIRA FEGHALI

### I - RELATÓRIO

O projeto em análise propõe diversas alterações no processo de revalidação no Brasil de diplomas expedidos por universidades estrangeiras. Traz as seguintes inovações à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

- acerca dos diplomas de graduação, determina que somente instituições de ensino superior (IES) que tenham, além de competência para emitir diploma em curso do mesmo nível e área ou equivalente, avaliação 4 e 5 no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). O processo atual estabelece apenas



que sejam universidades públicas que ofereçam o mesmo curso ou equivalente;

- no caso de diplomas de mestrado e de doutorado expedidos por instituições estrangeiras, exige que sejam reconhecidos por IES que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior, bem como avaliação 5, 6 ou 7 no Sinaes. O processo atual estatui apenas que sejam universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior;
- estabelece prazos para a revalidação, prevendo processo simplificado para instituições estrangeiras indicadas pela União;
- detalha aspectos administrativos relativos ao processo.

Em seguida, altera a Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida):

- determina que seja aplicado semestralmente. Pelo dispositivo atual da Lei, com redação dada pela Lei nº 14.621, de 2023, o exame deve ser oferecido quadrimestralmente;
- afirma que o exame será acompanhado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), sendo facultada a participação IES que ofereçam curso de medicina e com avaliação 4 e 5 no Sinaes;
- prevê aplicação emergencial do Revalida em, no máximo, 90 dias, para residentes no Brasil com diplomas estrangeiros;
- exige que os aprovados no exame emergencial atuem no combate à Covid-19.





O projeto foi distribuído às Comissões de Saúde; Educação; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Após a análise pelas Comissões, a proposição será objeto de apreciação pelo Plenário e seu regime de tramitação é prioridade, conforme o art. 24, inciso I e art. 151, inciso II, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

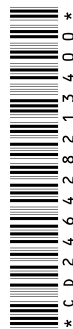
## II - VOTO DA RELATORA

Cabe a este Colegiado a análise da proposição quanto ao mérito da saúde pública e individual, nos termos regimentais. Eventuais ponderações acerca do mérito atinente à educação, da adequação financeira ou orçamentária e da constitucionalidade, adequação regimental, juridicidade e técnica legislativa deverão ser apontadas pelas próximas comissões (CE, CFT e CCJC).

Como relatado, o projeto de lei em análise propõe diversas alterações no processo de revalidação no Brasil de diplomas expedidos por universidades estrangeiras. Traz inovações tanto à lei de diretrizes e bases da educação nacional – que trata do tema de forma geral – quanto à lei que regula o Revalida, exame específico para o reconhecimento de diplomas médicos.

Segundo o processo atual, diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras podem ser revalidados por qualquer universidade pública que ofereça o mesmo curso ou equivalente. O PL, todavia, pretende que o processo seja obrigatoriamente conduzido por instituições de ensino superior (IES) que tenham, além de competência para emitir diploma em curso do mesmo nível e área ou equivalente, avaliação 4 e 5 no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

No caso de diplomas de mestrado e de doutorado, atualmente se exige apenas que sejam universidades que possuam cursos de pós-



graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior. O PL, entretanto, determina que sejam reconhecidos por IES que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior, bem como avaliação 5, 6 ou 7 no Sinaes.

Além disso, estabelece prazos para a revalidação, sendo previsto processo simplificado para instituições estrangeiras indicadas pela União. E detalha alguns aspectos administrativos relativos ao processo.

No que concerne especificamente ao Revalida, o PL determina que seja aplicado semestralmente. Ocorre, todavia, que a Lei nº 14.621, de 2023, posterior à sua apresentação, já estatui que o exame será oferecido quadrimestralmente.

Inova ao atribuir competência para o Conselho Federal de Medicina (CFM) acompanhar o exame, sendo facultada a participação IES públicas ou privadas que ofereçam curso de medicina e com avaliação 4 e 5 no Sinaes.

Finalmente, prevê aplicação emergencial do Revalida em, no máximo, 90 dias, restrito a residentes no Brasil com diplomas estrangeiros, mas exige que os aprovados no exame emergencial atuem no combate à Covid-19.

Percebe-se, pois, que a proposição traz relevantes mudanças ao processo hoje vigente. Cabe-nos avaliar sua adequação e oportunidade.

Inicialmente, ponderamos que o PL foi apresentado e aprovado na Casa Alta em 2020, no auge da pandemia de Covid-19. Assim, é possível perceber clara preocupação de sua autora, a nobre Senadora Rose de Freitas, com o combate à Covid-19. Sua iniciativa merece, portanto, ser louvada.

No entanto, nossa situação sanitária hoje se mostra bastante diferente. Ademais, houve já uma evolução na legislação vigente, a exemplo do aumento da periodicidade de oferta do Revalida. Alguns de seus dispositivos, portanto, já não se justificam mais.



Além disso, a proposição trata de tema que foi exaustivamente debatido nesta Casa nos últimos anos, em especial após a criação do Programa Mais Médicos (PMM). Nas discussões havidas, algumas posições foram alcançadas e, atualmente, o PMM funciona de forma consolidada e eficaz. Não nos parece necessário reacender possíveis contendas infrutíferas.

Finalmente, em que pese fugir ao escopo de análise deste Colegiado, parece-nos que as disposições que alteram quais IES podem proceder à revalidação de diplomas, quaisquer que sejam as áreas de formação, podem trazer potenciais prejuízos para nossa população. Com efeito, tanto ampliam o rol de instituições habilitadas, incluindo IES particulares, quanto restringem o alcance, ao exigir altas notas de avaliação de seus cursos.

Parece-nos que a metodologia hoje aplicada se mostra adequada e não é necessário alterá-la. No entanto, essa questão será analisada com maior propriedade pela Comissão de Educação, a quem cabe apreciação de seu mérito.

Diante do exposto, mesmo louvando a boa intenção da proposta, o **voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.482, de 2020.**

Sala da Comissão, em                      de                      de 2024.

Deputada JANDIRA FEGHALI  
Relatora





Câmara dos Deputados

## COMISSÃO DE SAÚDE

### PROJETO DE LEI Nº 2.482, DE 2020

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Saúde, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, opinou pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.482/2020, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Jandira Feghali.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Pedro Westphalen, Dr. Ismael Alexandrino e Rosângela Reis - Vice-Presidentes, Adriana Ventura, Allan Garcês, Ana Pimentel, Antonio Andrade, Bruno Farias, Célio Silveira, Clodoaldo Magalhães, Coronel Meira, Detinha, Dimas Fabiano, Dr. Fernando Máximo, Dr. Francisco, Dr. Luiz Ovando, Dr. Zacharias Calil, Enfermeira Ana Paula, Flávia Moraes, Geraldo Resende, Jandira Feghali, Jeferson Rodrigues, Jorge Solla, Juliana Cardoso, Júnior Mano, Padre João, Paulo Litro, Ribamar Silva, Ricardo Abrão, Robério Monteiro, Romero Rodrigues, Rosângela Moro, Thiago de Joaldo, Aureo Ribeiro, Bruno Ganem, Cabo Gilberto Silva, Carla Dickson, Dagoberto Nogueira, Dani Cunha, Diego Garcia, Dra. Alessandra Haber, Enfermeira Rejane, Fernanda Pessoa, Geovania de Sá, Luiz Carlos Motta, Marcos Tavares, Marussa Boldrin, Matheus Noronha, Mauro Benevides Filho, Misael Varella, Murillo Gouvea, Murilo Galdino, Professor Alcides, Rafael Simoes e Ricardo Maia.

Sala da Comissão, em 21 de maio de 2025.

Deputado ZÉ VITOR



Presidente

Apresentação: 21/05/2025 12:22:47.367 - CSAUI  
PAR 1 CSAUDE => PL 2482/2020

DAD n 1



**FIM DO DOCUMENTO**